

# feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

FUND. ESTAD. DO MEIO AMBIENTE	
PROTOCOLO Nº 518145/2008	17
DIVISÃO: PRO/FEAM	FLH
MAT: —	VISTO: <i>DL</i>

Processo nº 1873/2001/002/2005  
Referência: AI nº 2178/2005  
Lavrado contra: Jacir Brum

## PARECER JURÍDICO

### I) Relatório

1 - A empresa em epígrafe foi autuada como incurso no item 2, do § 3º, do artigo 19, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, pela seguinte irregularidade: "Descumprir determinação contida na Deliberação Normativa COPAM 050/2001 no ar. 3º, § 1º e § 2º, itens IV, V e VII, constatada degradação ambiental."

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- vem buscando incansavelmente uma solução para adequar-se as normas ambientais, já tendo, inclusive, adquirido novos tanques de armazenamento de combustíveis, e também conseguido a celebração de um acordo com a empresa Chevron Brasil Ltda., no qual adquiriu as bombas medidoras instaladas;

- inexistente dolo por parte da autuada, sendo que a mesma está fazendo todos os esforços para a obtenção da licença ambiental.

- Requer o cancelamento do AI.

3 - Entendemos que as alegações apresentadas pela empresa são insuficientes para descaracterizar a infração cometida, uma vez que a mesma existiu. A própria empresa admite a conduta infratora, mas tenta esquivar-se da mesma através de justificativas infundadas. Não restam dúvidas de que a infração restou caracterizada.

Ressaltamos que a responsabilidade ambiental é de natureza **objetiva**, não dependendo da existência de dolo ou culpa para ser caracterizada, conforme entendimento jurídico mais do que consolidado na doutrina, devendo a empresa ser responsabilizada por sua conduta.


### II) Conclusão

Diante de todo o exposto, remetemos os autos à **URC/COPAM Zona da Mata**, sugerindo a aplicação de uma penalidade de multa no valor de R\$ 10.641,00, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "a" (infração gravíssima, empreendimento de pequeno porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2008.

  
Joaquim Martins da Silva Filho  
Procurador-Chefe da FEAM

  
Denise Bernardes Couto  
Consultora Jurídica  
OAB/MG 87.973